



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

COORDENAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS
Praça Mal. Deodoro da Fonseca, 319 – Centro – Maceió-AL
Telefone (82) 4009-3263 Fax (82) 4009-3328

**ATA DA 1ª REUNIÃO DA COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS
E CRIMINAIS COM OS JUÍZES DOS JUIZADOS E TURMAS RECURSAIS**

Aos 27 dias do mês de abril do ano de 2011, às 15:30 horas, no Auditório Des. Gerson Omena Bezerra, situado no 1º andar do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, teve início à primeira reunião da Coordenadoria dos Juizados Especiais, biênio 2011/2012, com Juizes dos Juizados Especiais e Turmas Recursais do Estado de Alagoas. O Desembargador Pedro Augusto Mendonça de Araújo, Coordenador-Geral dos Juizados Especiais, iniciou a reunião saudando e agradecendo as presenças dos Drs. Leonilzo de Melo Freitas, Maria Verônica Correia de Carvalho Souza Araújo, Alberto de Almeida, Celyrio Adamastor Tenório Accioly, Ricardo Jorge Cavalcante Lima, Sandra Janine Wanderley Cavalcante Maia, Adriana Carla Feitosa Martins, Geraldo Tenório Silveira Júnior, José Cícero Alves da Silva, José Lopes da Silva Netto, Raquel David Torres de Oliveira, Dra. Silvana Lessa Omena, Maria Lúcia de Fátima Barbosa Pirauá, Ney Costa Alcântara de Oliveira, Luana Cavalcante de Freitas, Francisco de Oliveira Portugal, Henrique Gomes de Barros Teixeira, Alexandre Machado de Oliveira, André Avancini D'ávila, Antônio Rafael Wanderley Casado da Silva, Hélio Pinheiro Pinto, José Miranda Santos Júnior, Paulo Zacarias da Silva, Kleber Rocha Borba, bem como, do Desembargador aposentado José Agnaldo Souza Araújo. O Coordenador dos Juizados Especiais declarou iniciada a reunião. Logo após, concedeu a palavra ao Analista Judiciário B, Filipe Lôbo Gomes, para apresentação das atribuições da Coordenação dos Juizados Especiais, regidas pela Resolução 05/2011 deste Egrégio Tribunal de Justiça de Alagoas e pelo Provimento 7/2010, bem como das metas a serem alcançadas pela Coordenadoria dos Juizados Especiais. Após o término da apresentação, o Coordenador-Geral dos Juizados Especiais, concedeu a palavra aos Juizes presentes para a oferta de seus reclamos e sugestões. Assim sendo, a Dra. Maria Verônica Correia de Carvalho Souza Araújo informou acerca da necessidade da otimização do Sistema PROJUDI, antes mesmo da definição de qual sistema irá operar nos Juizados Especiais, bem como, necessidade de mutirão nas execuções dos Juizados Especiais, informando, ainda, acerca das dificuldades apresentadas no Sistema SAJ, relativas a processos inexistentes, e PROJUDI, relativas ao



**PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS**

COORDENAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Praça Mal. Deodoro da Fonseca, 319 – Centro – Maceió-AL

Telefone (82) 4009-3263 Fax (82) 4009-3328

maior detalhamento dos movimentos processuais. Em ato contínuo, solicitou o aumento do quadro de pessoal e a necessidade de sua qualificação, sugerindo, inclusive, terceirizar o serviço de balcão e manter o número de conciliadores. Destacou os problemas gerados por meio dos serviços prestados pelos Correios. Por fim, concluiu reiterando acerca da necessidade de implantação do AR virtual, bem como do Alvará Virtual. Em seguida, foi dada a palavra ao Dr. Ney Costa Alcântara de Oliveira, onde explanou as dificuldades apresentadas no 1º Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Arapiraca, no que pertine à estrutura física e segurança, bem como o fornecimento de energia elétrica, uma vez que os computadores e no-breaks tem sofrido danos repetitivos. Informou, ainda, a necessidade do envio de novos computadores e um transformador, com vistas a diminuir os problemas enfrentados naquele Juizado. Informou acerca da necessidade de instalação de ponto lógico naquele Juizado e, se possível, instalação de Rede sem fio. Informou acerca da possibilidade de realizar estudos acerca do critério da competência territorial dos Juizados de Arapiraca. Por fim, informou acerca de problemas enfrentados pelo BACENJUD, solicitando regulamentação do uso nos Juizados Especiais, com vistas a preservar o sigilo bancário. Para além disto, solicitou providências no sentido de que sejam informados quais os processos DPVAT que se encontram neste Tribunal, pois no Juizado não há protocolo destes processos. Alertou, ainda, para a grande quantidade de pedidos de desistência em processos relativos ao DPVAT naquela unidade jurisdicional, com pleitos de partes residentes em diversos estados da Federação. Em seguida, foi dada a palavra ao Dr. José Miranda Santos Júnior, Juiz Substituto lotado no 2º Juizado Especial Cível e Criminal de Arapiraca, o qual informou que dos três conciliadores lotados naquele Juizado, dois residem nesta Capital e apenas um reside na Comarca de Arapiraca, dificultando os trabalhos realizados naquele Juizado. Dentro deste contexto, solicitou providências para que este problema seja sanado. Informou, ainda, que se encontra impedido de Despachar os processos da Comarca de Craíbas, uma vez que mencionados processos, aproximadamente 300, estão fora dos sistemas SAJ e PROJUDI, o que demandaria o seu cadastramento ou digitalização. Dada a palavra à Dra. Luana Cavalcante de Freitas, Juíza Substituta do 12º Juizado Especial dos Acidentes de Trânsito, a mesma informou acerca dos problemas referentes à energia elétrica daquele Juizado, uma vez



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

COORDENAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Praça Mal. Deodoro da Fonseca, 319 – Centro – Maceió-AL

Telefone (82) 4009-3263 Fax (82) 4009-3328

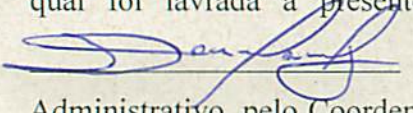
que normalmente ocorre a falta de energia. Relatou, também, a grande quantidade de processos não digitalizados. Em seguida, tomou a palavra a Dra. Mária Lúcia de Fátima Barbosa Pirauá, a qual informou acerca da necessidade de mutirão naquele Juizado, que se encontra com aproximadamente mil processos conclusos para Sentença, informando, ainda, que já encaminhou o pedido para a Comissão de Otimização do Poder Judiciário. Informou, ainda, acerca do baixo índice de conciliações naquele Juizado, uma vez que muitas demandas têm sido encaminhada para audiência de instrução. Por fim, solicitou que seja formada uma comissão para realizar estudos e visitas ao Banco do Brasil e outras entidades, buscando o aumento de propostas de conciliações. Em seguida, o Dr. Celyrio Adamastor Tenório Accioly solicitou informações acerca da efetivação do convênio para implantação do TCO virtual, quando foi informado pela Dra. Silvana Lessa Omena, que o projeto não poderia ser implantado, devido à falta de estrutura das Delegacias. Continuando em sua fala, o Dr. Celyrio reportou a necessidade da parceria com as universidades no sentido de estimular a participação dos alunos nas atividades dos juzados por meio da integralização da parte flexível. Destacou, derradeiramente, a ausência de lugar para encaminhar os jovens usuários de psicotrópicos. Tomou a palavra o Dr. Leonilzo de Melo Freitas, o qual informou: que o Juizado Especial de Penedo só comporta dois serventuários; há falta de conciliadores; que não possui pessoal para realizar a limpeza da unidade; que a estrutura física e elétrica está comprometida; e que há a necessidade da regulamentação do estágio voluntário. Neste sentido, foi informado pelo Dr. Geraldo Tenório Silveira Júnior que a nova sede do Juizado de Penedo será construída junto ao Fórum daquela Comarca e, em relação aos servidores, deverá ser levado ao Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça de Alagoas, proposta para realização de seleção de estagiários naquela Comarca, bem como, alteração da Resolução para que as Comarcas de 2ª entrância sejam contempladas com estagiários. Dada a palavra à Dra. Sandra Janine Wanderley Cavalcante Maia, esta informou acerca da necessidade de iniciativa deste Tribunal, em buscar convênios com Faculdades de Direito, para concessão de estagiários, tendo como exemplo o CESMAC, UFAL, SEUNE, FAL e FITS. Por fim, solicitou celeridade na escolha dos Juízes Suplentes da Turma Recursal da 1ª Região, vez que o Dr. Ricardo Jorge Cavalcante Lima, membro daquela Turma, entrará de férias. Dada a palavra à Dra. Silvana

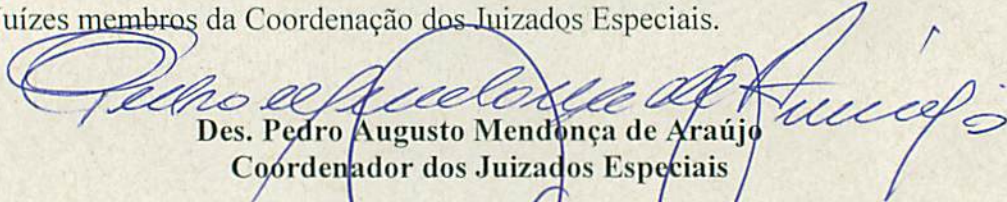


PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS

COORDENAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS
Praça Mal. Deodoro da Fonseca, 319 – Centro – Maceió-AL
Telefone (82) 4009-3263 Fax (82) 4009-3328

Lessa Omena, ela reforçou a necessidade da manutenção do número de conciliadores, usando como fundamento o Provimento 7, artigo 2, §2º, alínea “d”; Resolução 24/2009 e Orçamento dos Juizados Especiais do Poder Judiciário de Alagoas. Dara a palavra ao Dr. José Lopes da Silva Netto, foi sugerida a criação do Fundo Estadual para Recepção das Astreintes. Merece reportar que todos os magistrados demonstraram preocupação com o funcionamento de suas unidades em horário duplo, dada a falta de recursos logísticos e humanos. Dada a palavra ao Desembargador Pedro Augusto Mendonça de Araújo, o mesmo informou que levará os reclamos dos Juizes à presidência desta Corte, para que, em havendo disponibilidade financeira, eles sejam sanados. Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim,

 Danilo Antônio Barretto Accioly Neto, Coordenador Administrativo, pelo Coordenador dos Juizados Especiais, Des. Pedro Augusto Mendonça de Araújo e Juizes membros da Coordenação dos Juizados Especiais.


Des. Pedro Augusto Mendonça de Araújo
Coordenador dos Juizados Especiais


Adriana Carla Feitosa Martins
Juíza de Direito


Geraldo Tenório Silveira Júnior
Juiz de Direito


Ricardo Jorge Cavalcante Lima
Juiz de Direito


Silvana Lessa Omena
Juíza de Direito